



Senadores fazem sessão ao meio-dia sobre MP dos Portos

Deputados aprovaram ontem texto principal da medida, mas, até a 0h30, faltava votar emendas

Relatório do senador Eduardo Braga à medida provisória (MP) que cria novas regras para o setor portuário foi aprovado pelos deputados. Mas as divergências sobre emendas ao texto impediram que a votação fosse concluída ainda ontem. Depois da Câmara, é a vez de o Senado analisar a MP, que perde validade amanhã. Senadores têm sessão extraordinária marcada para as 12h. **2**



Moreira Matiz/Agência Senado

"A modernização dos portos brasileiros é uma necessidade do país", disse o líder do governo e relator da MP dos Portos, senador Eduardo Braga (C), em Plenário

Geraldo Magela/Agência Senado



Presidente da Petrobras informa que empresa teve lucro líquido de R\$ 7,7 bi no primeiro trimestre

Consumo de combustível vai crescer, afirma Graça Foster

Em audiência, presidente da Petrobras prevê que até dezembro Brasil precisará de 5% a mais de diesel

e 3,2% a mais de gasolina. Ela garante que eficiência no refino vai dispensar importação maior. **3**

Apresentado relatório do projeto do Plano Nacional de Educação 4

Ampliação de programa de ensino técnico vai para sanção 4

Frente Nacional de Prefeitos pede ao Senado apoio em questões de saúde 7



O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, fala em audiência pública no Senado sobre diplomas estrangeiros

MEC diz que não flexibilizará validação de diploma médico

No Senado, o ministro Aloizio Mercadante apoiou a ideia do governo de contratar médicos

estrangeiros, mas disse que a validação dos diplomas médicos obtidos no exterior não será facilitada. **5**

José Cruz/Agência Senado

Comissão apoia cultivo de cana na Amazônia Legal

A Comissão de Meio Ambiente aprovou o projeto que autoriza o plantio de cana em algumas regiões da Amazônia Legal. Se não houver recurso para votação no Plenário, o texto irá para a Câmara. **8**

Geraldo Magela/Agência Senado



Blairo Maggi preside a sessão em que a Comissão de Meio Ambiente aprovou o projeto que trata da cana na Amazônia

Aprovada criação de fundo para cajucultura 6

Especialistas querem alta tecnologia para terras-raras 6



Sessão que teve a presidência de Renan (C) e depois de Romero Jucá foi prorrogada para esperar decisão dos deputados

Senado aguarda definição da Câmara sobre MP dos Portos

Deputados aprovaram ontem relatório ao texto da medida provisória que cria novas regras para o setor, mas até a 0h30 ainda apreciavam emendas. Senadores têm sessão às 12h para tratar do tema

APESAR DO ESFORÇO para ler a MP dos Portos (MP 595/2012) ainda ontem, o Plenário do Senado desistiu da tentativa às 22h50, diante da indefinição da votação na Câmara. Enquanto os deputados discutiam emendas ao texto principal, que haviam aprovado no início da noite, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), na presidência dos trabalhos, encerrou a sessão e convocou sessão extraordinária para as 12h de hoje. A MP perderá a validade se não for votada pelo Senado até amanhã.

Para esperar a chegada da MP, o Senado prorrogou a sessão deliberativa de ontem por cinco horas, para que durasse até depois da meia-noite. Na prática, segundo a Secretaria-Geral da Mesa, ainda que a matéria chegasse depois desse horário, a MP poderia ser lida e votada hoje. Isso porque o costume de esperar dois dias com a matéria na pauta antes de votá-la é fruto de um acordo de líderes, não uma previsão

do Regimento Interno ou da Constituição.

Antes da prorrogação da sessão, o relator da MP, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), fez um apelo aos demais senadores pela aprovação do texto. Para ele, o Brasil precisa de um marco regulatório que possa assegurar novos investimentos nos portos.

— Não é uma MP necessária para o governo, para o partido A ou para o partido B. A modernização dos portos brasileiros é uma necessidade do país — disse Braga.

Críticas

As mudanças nos portos feitas por meio de medida provisória foram criticadas tanto na Câmara quanto no Senado. Muitos parlamentares alegam que as alterações deveriam ser feitas por projeto de lei para uma discussão mais aprofundada. O envio ao Senado às vésperas da perda de vigência da MP inviabiliza mudanças durante a tramitação na Casa,

já que, se for alterado, o texto terá de voltar à Câmara (*leia matéria abaixo*).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também criticou o pouco tempo para a análise de MPs pelos senadores. No entanto, reiterou que faria um esforço para, se os líderes partidários concordassem, abrir exceção à MP dos Portos e votá-la mesmo com prazo reduzido.

Outra polêmica na Câmara foi a acusação do deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) de que o texto seria alvo de negociatas. Parlamentares relataram ainda que o governo negociou a liberação de emendas em troca da aprovação.

A MP estabelece novas regras para concessões, arrendamentos e autorizações de instalações portuárias, públicas ou privadas. O texto do governo foi aprovado com mudanças na comissão mista que o analisou e transformado no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2013.

Senadores cobram modificação no rito de MPs

A corrida contra o tempo para votar a MP dos Portos (MP 595/2012), antes que perca a validade, reacendeu a discussão sobre as regras de tramitação das medidas provisórias. Senadores voltaram a cobrar a votação da PEC 11/2011, que garante maior prazo de análise das MPs ao Senado. A PEC, de José Sarney (PMDB-AP), está na Câmara.

Renan explicou que, enquanto não se define novo rito, é preciso acertar os prazos informalmente com os líderes partidários. Ele lembrou que Sarney, quando era presidente da Casa, chegou a dizer que não aceitaria MPs com menos de dez dias de validade.

Segundo a PEC 11/2011, o prazo de 120 dias para a tramitação de uma MP no Congresso passa a ser dividido em 80 dias na Câmara e 30 dias no Senado.



José Pimentel discursa sobre mudanças na tramitação das medidas provisórias

Outros dez dias são dados à Câmara para a análise das possíveis emendas do Senado.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) lembrou que nem todos os senadores e deputados participam das comissões mistas, o que torna importante o debate nos Plenários das duas Casas.

Em 2012, o Supremo Tribunal

Federal (STF) determinou que o Congresso passasse a cumprir a regra constitucional de submeter as MPs à análise prévia de comissões mistas.

José Pimentel (PT-CE) defendeu alterações na tramitação das MPs, mas disse que o debate pelas duas Casas está sendo feito nas comissões mistas.

Deputados paulistas criticam mudança em projeto sobre ICMS

Em visita ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma comissão de deputados estaduais de São Paulo manifestou preocupação com a versão do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013 aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada.

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Samuel Moreira, afirmou que as alterações promovidas pela CAE contrariam o espírito da reforma de acabar com a guerra fiscal. De acordo com levantamento da Secretaria da Fazenda do estado, a aprovação dessa versão do projeto pode implicar uma redução na arrecadação de mais de R\$ 7 bilhões ao ano.

Valadares rejeita pressão de grandes estados por alteração

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou medidas para fortalecer os municípios e os estados e criticou as pressões de grandes estados no debate da reforma do ICMS.

— A pressão que São Paulo faz sobre esta Casa para aprovar, a toque de caixa e a repique de sino, esse projeto de rateio do ICMS é inconcebível porque atinge profundamente as receitas dos estados, com reflexo também nos municípios.

Os estados mais ricos querem que a unificação das alíquotas aconteça mais rapidamente e com menos exceções.



Lia de Paula/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP dos Portos

14h Votação da Medida Provisória 595/2012, conhecida como MP dos Portos, que estabelece novas regras para as concessões, arrendamentos e autorizações de instalações portuárias, públicas ou privadas.

PRESIDÊNCIA Direitos

11h Renan Calheiros recebe o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal; às 12h30, Pedro Montenegro, do Fórum Permanente contra a Violência, e representantes do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e da Rede Justiça Criminal. Às 15h, reunião da bancada do PMDB e, às 16h, ordem do dia.

CJ Apoio a motoristas

7h30 Comissão analisa projeto que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, nas concessões rodoviárias federais.

CDR Embrapa Pantanal

9h Audiência debate a atuação da Embrapa Pantanal no estado de Mato Grosso do Sul e o desenvolvimento sustentável na região pantaneira.

CJ Membros do CNMP

9h Sábata da advogada Gisela Gondin Ramos para compor o Conselho Nacional de Justiça e de Jeferson Coelho para o Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, o ministro José Eduardo Cardozo apresenta as prioridades do Ministério da Justiça.

CAS Revalidação de diplomas

9h Projeto que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos e proposta que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração no trabalho.

CE Olimpíadas de Matemática

10h Audiência com a professora Jonilda Ferreira e medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura; às 10h, audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E, às 14h, a sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Até dezembro, Brasil precisará de 5% a mais de diesel e 3,2% a mais de gasolina, afirma Graça Foster. Ela esclarece que não será necessário aumentar a importação devido à maior eficiência do refino

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Graça Foster destaca captação internacional de recursos, em audiência com os senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza (E)

Petrobras prevê demanda maior de gasolina e diesel

A PRESIDENTE DA Petrobras, Graça Foster, prevê que até o fim do ano aumentará a demanda por combustíveis no Brasil. Segundo ela, serão necessários pelos menos 5% a mais de diesel e 3,2% a mais de gasolina para suprir o mercado interno até dezembro. Graça participou ontem de audiência conjunta promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A executiva garantiu que será possível atender a necessidade extra importando menos combustível devido à melhoria da eficiência.

— Vamos produzir mais gasolina e diesel sem aumentar o número de refinarias no momento. Vamos importar menos e nosso custo médio ficará menor — afirmou.

De acordo com a presidente da Petrobras, tem havido sucessivos recordes de refino de petróleo no primeiro trimestre. Nesse período, segundo ela, a companhia obteve um lucro líquido de R\$ 7,7 bilhões e um lucro operacional de R\$ 9,8 bilhões. Graça também disse que a empresa fez investimentos de cerca de R\$ 18 bilhões nos primeiros três meses do ano.

O crescimento da demanda de combustíveis no Brasil está acima da média mundial há anos. Entre 2000 e 2012, a procura por gasolina no Brasil cresceu 73% contra 17% no mundo. No mesmo período, o consumo de diesel no país subiu 52%, contra 31% nos outros países.

A presidente da Petrobras comemorou o fato de a empresa ter aparecido, segunda-feira, entre as mais bem avaliadas em gestão e governança, sendo classificada como “forte” pela agência Standard & Poor’s. Das 310 empresas analisadas, apenas 7 receberam essa classificação.

Dobro da produção

A compra de ações da companhia foi recomendada por Graça, que anunciou a duplicação da produção de petróleo e gás em sete anos, passando dos atuais 2,2 milhões de barris por dia para 4,2 milhões de barris por dia. Ela destacou a captação de recursos no mercado internacional feita na segunda-feira pela empresa: US\$ 11 bilhões.

Em relação à polêmica envolvendo a Pesa, subsidiária da Petrobras na Argentina, Graça disse que existe uma proposta

para a compra, mas ainda não há decisão. A eventual venda tem gerado especulações sobre a compra pelo empresário argentino Cristóbal López, que seria ligado à presidente da Argentina, Cristina Kirchner. O negócio foi alvo de críticos que questionaram o elevado gasto feito na aquisição diante do baixo valor de venda negociado.

A presidente da Petrobras mostrou-se otimista também em relação ao pré-sal, principalmente após o recorde de produção atingido em 17 de abril, de 311 mil barris diários. A petroleira prevê alcançar 1 milhão de barris em 2017.

— O pré-sal já é uma realidade, e a produção cresce a cada dia. Descobrimos em 2006 e sete anos depois já temos 311 mil barris por dia — destacou Graça esteve no Senado no mesmo momento em que, no Rio de Janeiro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizava a 11ª rodada de licitações para exploração de óleo e gás natural. Foram oferecidos 289 blocos em mar e terra. Os leilões do setor estavam suspensos desde 2008 e vinham sendo adiados pelo governo, que esperava pela aprovação da nova lei dos royalties.

Senadores críticos da empresa faltaram ao debate, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) observou que alguns dos senadores “mais críticos” da Petrobras não estavam presentes na audiência pública que o Senado realizou com a presidente da companhia, Graça Foster. Para esses parlamentares, muitos da oposição, a empresa enfrenta uma série de dificuldades, que seriam provocadas por má gestão no passado e interferências políticas.

Ao elogiar a exposição feita

por Graça Foster, em que ela apresentou vários dados e fez uma avaliação otimista da companhia, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os senadores Aloysio Nunes (SP) e Alvaro Dias (PR), ambos do PSDB, poderiam comparecer para fazer perguntas à presidente da Petrobras.

A audiência foi promovida por duas comissões do Senado — a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo Suplicy, estatal do petróleo é administrada com zelo

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a participação da presidente da Petrobras, Graça Foster, em audiência pública no Senado. O senador disse ter ficado impressionado com a qualidade do depoimento da presidente aos senadores.

Suplicy citou os dados apresentados por Graça Foster sobre a Petrobras, como o lucro de R\$ 7,7 bilhões no primeiro trimestre de 2013 e produção diária de 1,9 milhão



Lia de Paula/Agência Senado

de barris de petróleo. Ela também informou que a empresa Standard & Poor’s avaliou a Petrobras como uma das 7 empresas fortes entre as 310 analisadas em gestão e governança.

— São notícias alvissareiras que demonstram o zelo com que a senhora Graça Foster realiza sua gestão. Tenho certeza de que haverá, a partir da exposição [dela], mais tranquilidade por parte de todos aqueles que acompanham os passos da nossa maior empresa.

Ana Amélia pede investimentos e gestão eficiente na companhia

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ter ficado mais tranquila quanto à situação da Petrobras, detalhada aos senadores pela presidente da estatal, Graça Foster.



Lia de Paula/Agência Senado

mercado internacional não são bons, o que exige esforço na melhoria da gestão e eficiência da empresa.

A senadora se disse preocupada com a desvalorização das ações da Petrobras, porque muitos trabalhadores usaram o FGTS para investir na empresa. Ressaltou que, apesar do crescimento na produção, os números do

— Uma empresa genuinamente brasileira precisa valorizar a gestão eficiente para a ampliação do emprego e da geração de renda. Isso deve ser feito com o mesmo empenho empreendido para garantir a remuneração dos acionistas e a retomada da lucratividade da companhia.

Repasse de gorjeta poderá ser fiscalizado

Bares, restaurantes, hotéis e motéis que incluam taxa de serviço ou adicional nas contas dos clientes podem ficar expressamente obrigados a repassá-los aos empregados.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto de lei que torna possível o controle e a fiscalização da gorjeta (PLC 57/2010). A matéria vai em regime de urgência para o Plenário.

Já aprovada pela Câmara, a proposta estabelece multa para o empregador que não transferir os valores dentro do prazo. O critério de rateio deverá ser definido em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Se não existir, essa norma poderá ser fixada pela assembleia geral do sindicato dos trabalhadores.

A empresa deverá lançar a gorjeta na nota fiscal e reter 20% do valor para cobrir encargos sociais e previdenciários dos empregados. O que sobrar deverá ser repassado aos trabalhadores.

Na carteira de trabalho deverá ser anotado, além do salário fixo, o percentual recebido a título de gorjeta.

O relator da proposta foi o presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Se for aprovado sem mudanças no Plenário, o projeto irá para a sanção presidencial.

Deputado Danilo Forte é o relator da LDO

O deputado federal Danilo Forte (PMDB-CE) foi nomeado relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014. A decisão ocorreu durante reunião dos líderes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Forte defendeu a adoção do orçamento impositivo, que obrigaria à execução das emendas parlamentares, que são recursos indicados pelos deputados e senadores para atender obras e projetos nos municípios. Ele ressaltou o seu compromisso



Pedro França/Agência Senado

de discutir o tema com os parlamentares.

— É um ganho que nós precisamos alcançar. Não podemos viver sob a tutela e a chantagem que expõem, muitas vezes, a Casa ao ridículo.

Pelo critério de proporcionalidade, a relatoria deveria pertencer ao PT. Entretanto, o partido fez um acordo para ceder a vaga ao PMDB.

— Com isso, nós definitivamente começamos os trabalhos desta comissão — afirmou Lobão Filho.

O projeto da LDO precisa ser votado até 17 de julho.

Senadores aprovam ampliação de oferta de bolsas de ensino técnico

Governo agora poderá repassar recursos também para instituições privadas. Beneficiários de transferência de renda foram incluídos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/2013, oriundo da Medida Provisória (MP) 593/2012, que amplia a lista de beneficiários e ofertantes da bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O texto será encaminhado à sanção presidencial.

Entre as alterações previstas na medida, está a inclusão de instituições privadas de ensino superior no Pronatec. Antes, apenas as redes municipais e estaduais de ensino público e os serviços nacionais de aprendizagem podiam oferecer bolsas pelo programa. A mudança permitirá ao governo repassar recursos às instituições públicas e privadas em valores proporcionais ao



Senadores reunidos em Plenário durante sessão em que foi aprovada a expansão do programa federal de oferta de educação profissional e tecnológica

número de vagas, e não mais ao número de alunos atendidos.

Entre os beneficiários, foram incluídos alunos da educação de jovens e adultos (EJA) da rede pública, trabalhadores, participantes de programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham concluído o ensino médio na rede pública ou, na condição de bolsistas integrais, na rede privada.

Relator ad hoc da MP

593/2012, Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a manutenção do relatório apresentado em comissão mista por Paulo Bauer (PSDB-SC), que não pôde comparecer à votação em Plenário. José Pimentel (PT-CE) destacou que o relatório de Bauer foi aprovado de forma unânime pelo colegiado.

Das 38 emendas apresentadas à medida, o voto de Bauer foi pela aprovação de

12 e rejeição das demais. A medida provisória, aprovada na Câmara no dia 8, tinha validade até hoje.

Outros temas

Além de alterações na Lei 12.513/2011, para a ampliação dos beneficiários do Pronatec, o PLV 6/2013 altera a Lei 9.250/1995 para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional,

científica e tecnológica, no âmbito do programa, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito tributário.

O texto modifica o Decreto-Lei 5.452/1943 para permitir que o professor leccione por mais de um turno em um mesmo estabelecimento. Também dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na compra de veículos para transporte escolar.

Mercadante defende abrangência do investimento em educação

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apelou ontem para que seja mantido no novo Plano Nacional de Educação (PNE) um enquadramento mais abrangente sobre as despesas consideradas como investimento público em educação. Como deseja o ministro, será contado como investimento todo o dinheiro gasto em ações na área, e não apenas as verbas diretamente aplicadas por instituições públicas de ensino.

Sem isso, alertou Mercadante, a pasta enfrentará embaraços para continuar ações. Como exemplo, ele mencionou o envio de estudantes para o exterior por meio do Programa Ciência sem Fronteiras.

— Se valer apenas a verba destinada à escola pública, eu

não poderei mandar estudante ao exterior — disse.

O ministro abordou o assunto em audiência na Comissão de Educação (CE). A finalidade foi debater as metas e prioridades para a educação, como sugerido no requerimento proposto pelo presidente da comissão, Cyro Miranda

(PSDB-GO), e pela vice, Ana Amélia (PP-RS).

O projeto do novo PNE (PLC 103/2012) estava na pauta de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Porém, um pedido de vista coletiva adiou a votação. O relator, José Pimentel (PT-CE), sugeriu à comissão emenda que acolhe

o conceito de investimento defendido pelo ministro. Mercadante fez questão de dizer que a mudança proposta por Pimentel foi construída em conjunto com o ministério.

Críticas

Na audiência, com grande participação de senadores,

muitos elogiaram as ações da pasta. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também fez menções positivas, mas criticou a edição de medida provisória para alterar as exigências para ingresso na carreira de professor nas universidades federais.

Aloysio disse que já havia um projeto a respeito do assunto, de autoria dele, aprovado pelo Senado e em exame na Câmara.

Mercadante explicou que não houve intenção de disputar autoria, mas apenas sugerir inovação que não pode ser feita durante o exame no Senado. Pela medida provisória, os professores deverão ingressar não mais com mestrado, mas com doutorado, só se admitindo exigência menor nos concursos mediante decisão do Conselho Universitário.



Ao lado do presidente da comissão (E), Cyro Miranda, Aloizio Mercadante apresenta metas e prioridades da educação

Relatório de Pimentel sobre plano nacional trata de financiamento

José Pimentel (PT-CE) leu ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relatório sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). O projeto (PLC 103/2012) foi enviado pelo governo federal ao Congresso em dezembro de 2010 e recebeu várias emendas. Em novembro do ano passado, foram promovidas duas audiências públicas

no Senado para a instrução da matéria.

Pimentel disse que buscou resolver o problema da falta de adequação financeira e orçamentária da meta de aplicação de 10% do produto interno bruto na educação. Para tanto, o relator incorporou ao PNE as disposições do Projeto de Lei 5.500/2013, que destina 100% dos royalties

do petróleo para a educação.

O texto do projeto também determina que sejam aplicados em educação 50% dos rendimentos do Fundo Social do petróleo do pré-sal.

Pimentel disse que deixou para a Comissão de Educação o exame das emendas de mérito que tratam de metas e estratégias do PNE.

O presidente da CAE,

Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu aos senadores vista coletiva do projeto, após as ponderações de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Raulo Rodrigues (PSOL-AP) em favor de uma discussão mais aprofundada do PNE.

A proposta inicial do governo era destinar 7%, mas ao aprovar o PNE, no ano passado, a Câmara dos Deputados

estabeleceu a meta de 10%. O investimento atual é de 5%. A proposta foi encaminhada pelo Ministério da Educação em 2010, com previsão de vigorar até 2020.

Além da CAE, o plano vai ser analisado nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação antes de ser votado em Plenário.

ME

O mi
Mercad
estudo
contrata
pelo Sis
Os profi
regime t
com tut
em área
Merca
a hipóte
exigênc
de valid
obtidos
trangeir
estudara
11% dos
conseg
— O E
cos, ma
— afir
pública

Situ

O mi
Brasil te
cada m
dia da I
-americ
Ele cla
ção neg
contrata
observa
situaçã
são 350
mil jorn
— Ou
trabalh
— afir
Na a
Comiss
Esporte
que a id
rio da S
transiçã
gencial.
por sua
solução
a quanti
o aume
cursos
Porém

País
SUS,

Casildo
(PMDB-S
apesar de
brasileira
acesso à s
de está di
Segundo
média m
com saú
5,5% do p
bruto (PI
sil o inves
apenas 3,
— Para
tir R\$ 210
dos atuais
Na opin
recursos
formação
investime
são neces
além de u
dades esp
ração der

EC descarta facilitar validação de diploma

Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, apoiou a proposta em pelo governo de permitir a atuação de médicos estrangeiros no tema Único de Saúde (SUS). Profissionais seriam admitidos em caráter temporário, por até três anos, inicialmente, para prestar assistência em locais carentes do interior do país. No entanto, afastou a possibilidade de flexibilização das regras do Revalida, o sistema de validação de diplomas médicos emitidos no exterior (tanto por estrangeiros como por brasileiros que estudaram fora). No último exame, só 10 médicos cubanos inscritos conseguiram aprovação. O Brasil precisa de mais médicos, afirmou também de bons médicos estrangeiros em audiência pública no Senado.

Atuação emergencial

Ministro argumentou que o Brasil tem apenas 1,8 médico para mil habitantes, inferior à média da Europa e até de países sul-americanos.

Classificou de "legítima" a reativação das entidades médicas à contratação de médicos de fora, mas afirmou que o déficit causa um desequilíbrio: 10 mil profissionais para 850 vagas de trabalho.

Seja, os médicos estão fazendo duas jornadas e meia hora.

Audiência, realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Mercadante explicou que a ideia examinada pelo Ministério da Saúde seria uma proposta de emergência para uma situação emergencial. O Ministério da Educação, por sua vez, estaria tratando de uma medida "estruturante" para ampliar a quantidade de médicos, que inclui o aumento da oferta de vagas nos cursos de Medicina.

Atualmente, o foco atual será instalar



Espera em hospital público de Brasília: governo federal planeja recrutar médicos estrangeiros

faculdades em áreas com maior carência desses profissionais. Dessa forma, os médicos seriam formados em lugares mais próximos da demanda, já que hoje eles evitam trabalhar no interior. Atualmente, conforme o ministro, o país tem 450 municípios sem nem sequer um médico residente.

Ele adiantou que o Ministério da Educação vai lançar editais para receber propostas de instituições privadas interessadas em implantar cursos em cinco localidades já escolhidas.

— Se não tivermos proposta, nós vamos lá fazer — afirmou, esclarecendo que os novos cursos poderão ser ofertados pelo governo.

O ministro observou ainda que a escolha das cidades para os novos

cursos de Medicina levará em conta critérios que ajudem a qualidade da formação prática dos alunos, o que até então não acontecia. No local, deverá haver um posto de saúde, pelo menos cinco leitos do SUS por estudante, serviços de urgência e emergência médica e monitoria para residência médica.

— Só serão abertos cursos onde houver condições de existir uma boa prática médica.

Outro esforço do ministério está ocorrendo na ampliação das vagas de residência médica, com aumento em 10.600 admissões, conforme o ministro. Ele disse que a intenção é fortalecer a formação de médicos nas especialidades em que há maior carência de profissionais: anestesia, pediatria e ginecologia.

Comissão aprova direito a troca gratuita de prótese defeituosa

No caso de constatação de defeitos em implantes e próteses, os portadores dos materiais poderão ter direito à substituição gratuita, além de acompanhamento médico ou odontológico quando os materiais implantáveis estiverem sob investigação.

As medidas integram projeto que estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis, aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O autor do projeto (PLS 14/2012), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), explica que o país ainda não conta com uma legislação específica para assegurar direitos dos portadores de próteses.

Avança projeto que dificulta venda de sinalizador náutico

A venda de sinalizadores náuticos poderá ser proibida para menores de 18 anos, podendo ainda ser exigido o credenciamento da loja que comercializa o produto e a identificação do comprador.

As medidas constam de projeto de lei que foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O autor da proposta (PLS 74/2013), Vital do Rêgo (PMDB-PB), explica que o objetivo é evitar acidentes como o que causou a morte de torcedor do time boliviano San José, em fevereiro, durante jogo contra o Corinthians na Bolívia.



Davim informa que o tabaco gerou 130 mil mortes no Brasil em 2008

Restrição à venda de cigarros divide opiniões em audiência

A restrição da venda de cigarros, conforme prevê projeto (PLS 139/2012) de Paulo Davim (PV-RN), dividiu opiniões em audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, em Plenário, o senador defendeu a proibição em postos de gasolina, lanchonetes, restaurantes, supermercados, lojas de conveniência e bancas de jornal. Ele informou que o tabaco foi responsável por 130 mil mortes no Brasil em 2008.

Para o representante da Aliança de Controle do Tabagismo, Guilherme de Almeida, a indústria do tabaco precisa de limites. O coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia, Luiz Carlos da Silva, disse que, pelos critérios da Anvisa, cigarros não entrariam no mercado.

Já o secretário-executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Carlos Galant, alegou que a restrição vai gerar impacto econômico e social: de mais de 400 mil, os pontos de venda no país se reduziriam a 1.100. E o presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília, Clayton Machado, entregou a Davim documento assinado por cinco entidades contra o projeto. Ele citou açúcar e sal como produtos que também podem fazer mal à saúde.

Davim contra-argumentou que sal e açúcar são nutrientes que podem fazer mal quando usados em excesso, enquanto cigarro não faz falta ao organismo. Ele ressaltou que, embora o governo arrecade R\$ 6 bilhões em tributos sobre cigarro, gasta R\$ 22 bilhões com o tratamento das doenças.

Para o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), problemas gerados pela restrição, como o contrabando, devem ser tratados oportunamente. Depois da CAS, a proposta irá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Investe pouco no SUS, afirma Casildo

Senador Paulo Casildo (PDT-PA) afirmou que, apesar da legislação que garante amplo acesso à saúde, a realidade é distante da meta. O senador, a exemplo de outros, apontou o aumento mundial de gastos com saúde pública e de produtos internos (PI) no Brasil, mas no Brasil o investimento é de apenas 7%.

Para acompanhar, o Brasil teria de investir bilhões por ano, um terço a mais do que os R\$ 138 bilhões — afirmou. A opinião do senador, apesar de mais moderada, não será necessária, uma transformação ampla da saúde exige mais que recursos financeiros. Casildo disse que são necessárias gestão e políticas eficientes, e uma visão precisa sobre as necessidades específicas do Brasil quanto à configuração geográfica, social e econômica.



Saúde deve receber mais R\$ 72 bi, diz Casildo

Taques defende textos que facilitam inclusão

Pedro Taques (PDT-MT) pediu a aprovação de três projetos de lei dele que facilitam a inclusão de pessoas com deficiência.

Uma das propostas (PLS 323/2011) limita a exigência de laudos de avaliação para pessoas com deficiência na aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O projeto prevê a necessidade de apenas uma perícia médica.

O PLS 130/2011 dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas com deficiência e estabelece alíquota zero da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas a essas pessoas.

A terceira proposição é o PLS 278/2012, sobre a acessibilidade no serviço de atendimento ao consumidor, nas instituições financeiras, dirigido a deficientes visuais e auditivos.



Taques, autor de três projetos para deficientes

Gim elogia nova lei de aposentadoria especial

Gim (PTB-DF) comemorou a sanção da Lei Complementar 142/2013, que trata da concessão de aposentadoria especial a pessoas com deficiência.

De acordo com a lei, que começa a vigorar em seis meses, pessoas com deficiência grave poderão se aposentar com 25 anos de contribuição, no caso dos homens, ou 20 anos, no caso das mulheres. O tempo de contribuição aumenta para 29 e 24 anos, nas deficiências moderadas; e para 22 e 28 anos nas deficiências leves.

Ainda de acordo com a lei, independentemente do grau de deficiência, fica garantido direito à aposentadoria aos 60 e 55 anos de idade, desde que o segurado com deficiência tenha cumprido o tempo mínimo de contribuição de 15 anos.

— É uma conquista gigantesca para as pessoas com deficiência — afirmou Gim.



Gim: regras beneficiam pessoas com deficiência



Anibal Diniz (2º à esq.) anuncia que pretende concluir relatório até 30 de agosto, em debate com Nogueira, Luiz Henrique, Prata, Lins e Schneider

Audiência mostra necessidade de tecnologia para terras-raras

Exploração de elementos químicos essenciais para alta tecnologia, fartos no Brasil, exige aprimoramento técnico e capacitação empresarial, segundo participantes de debate realizado ontem

O BRASIL É rico em terras-raras — elementos químicos essenciais na fabricação de eletrônicos de alta tecnologia, como tablets, smartphones e telas de LCD. Mas participantes de audiência pública feita ontem pelo Senado advertiram que, apesar de o país possuir conhecimento tecnológico para começar extração e produção, precisa aprimorar a tecnologia e capacitar o setor empresarial. A audiência foi promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e pela Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil.

Para o relator da subcomissão, Luiz Henrique (PMDB-SC), o objetivo é fazer com que o país domine todas as etapas do processo.

— O Brasil não pode mais uma vez cometer o erro que cometeu nas décadas de 1930 a 1950, quando virou exportador de minérios radioativos e se negou a dominar a tecnologia nuclear. O presidente da subcomissão, Anibal Diniz (PT-AC), disse que a intenção é concluir até 30 de agosto o relatório para o projeto de lei, tentando garantir segurança jurídica a quem decidir investir em pesquisa, extração e industrialização dos minérios estratégicos.

De acordo com os expositores, o Brasil é rico em terras-raras, mas é responsável por somente 0,28% da exploração desses minérios, enquanto a China detém 87%. A partir de 2005, a disponibilidade de terras-raras no mundo se tornou mais crítica, devido à falta de investimento dos países e

sua dependência da China. Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), Alvaro Prata, os países começaram a buscar mais independência da China, o que tem diminuído os preços.

— O preço aumentou muito, mas, a partir dessa preocupação de que precisamos nos envolver com a produção e com o domínio das tecnologias associadas às terras-raras, os preços já começaram a cair — disse Prata.

Segundo ele, a previsão é de que em 2015 o Brasil ainda não consiga dominar as tecnologias da cadeia produtiva.

— Hoje há uma retomada grande do interesse nos elementos terras-raras e há uma série de projetos em diferentes fases em diferentes partes do mundo. E no Brasil não é diferente. No entanto, a expectativa é de que nem todos os recursos estarão prontos para ser usados num futuro próximo — prevê.

Governo mapeia depósitos onde extração seja mais fácil

O MCTI e o Ministério de Minas e Energia (MME) estão integrados para elaborar propostas sobre terras-raras. Segundo o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Carlos Nogueira Júnior, um dos principais desafios do Plano Nacional de Mineração, elaborado em 2011, é continuar os mapeamentos geológicos para identificar depósitos de terras-raras de mais fácil extração.

Prata, do MCTI, acrescentou que o ministério voltou a capacitar, qualificar e prover o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e vai lançar este ano um

edital de R\$ 9 milhões para capacitar e qualificar grupos de pesquisa.

Segundo os participantes da audiência, entre os riscos na exploração de terras-raras, está o de uma sobreoferta, causando achatamento dos preços. De acordo com o chefe do Departamento de Indústria de Base do BNDES, José Guilherme Cardoso, é perigoso que uma empresa se atenha somente à exploração desses minérios. O diretor do Cetem, Fernando Lins, afirmou que, embora as terras-raras favoreçam a economia verde, a extração pode ser altamente contaminante.

Para o superintendente-geral da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi), Carlos Schneider, o Brasil pode crescer na produção de ímãs de terras-raras.

— Nós temos, no Brasil, efetivamente muita monazita. A partir de 1 tonelada de monazita concentrada, nós podemos extrair esses elementos e chegar a 360 quilos de ímã — afirmou.

Schneider citou Catalão (GO) e Araxá (MG) como cidades onde empresas estão explorando terras-raras que têm matéria-prima de muita qualidade e quantidade para a produção de ímãs.

Vanessa quer impedir domínio exclusivo da Amazon na internet

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu apoio do Senado para impedir que uma multinacional de comércio eletrônico com sede nos Estados Unidos se aproprie com exclusividade do domínio “Amazon”.



— A região amazônica não é particular. Uma empresa privada norte-americana está tentando privar os oito países da Amazônia Global do direito de registrar na internet qualquer domínio que faça referência à nossa região — protestou.

Em novembro, os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) — Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Guianas e Suriname — pediram à coordenação global do sistema de identificadores da internet que retire a solicitação da Amazon. A senadora pediu à Comissão de Relações Exteriores (CRE) uma audiência com os embaixadores da OTCA e representante do Comitê Gestor da Internet.

Senado aprova autorização para criação de Fundo de Apoio à Cultura do Caju

Os senadores aprovaram ontem substitutivo da Câmara a Projeto de Lei do Senado (PLS 163/2000) que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

Para restabelecer o caráter autorizativo da criação do fundo, foram resgatadas as redações da ementa e do artigo 1º do texto original, de autoria do então senador Luiz Pontes, aprovado pelo Senado em 2001. O objetivo do fundo é viabilizar o financiamento e a modernização da agroindústria do caju e dos produtos derivados; incentivar o aumento da produtividade da cajucultura; fortalecer a exportação de produtos relacionados; e promover a defesa do preço nos mercados interno e externo e das condições de vida do trabalhador rural.

Durante a discussão da matéria, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e José Pimentel (PT-CE) destacaram a importância da criação do Funcaju para o Nordeste. Eunício lembrou que no Ceará a castanha de caju é um importante produto de exportação, gerando receita anual da ordem de US\$ 150 milhões.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Frente Nacional de Prefeitos pede apoio do Senado em temas de saúde

Novo presidente da entidade, José Fortunati, reuniu-se ontem com Renan e defendeu uma discussão sobre as dívidas dos municípios

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do novo presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), José Fortunati. Ele foi eleito em abril para o período 2013-2014. Fortunati é prefeito de Porto Alegre.

Segundo o prefeito, o objetivo da visita foi apresentar a nova diretoria da entidade e “reafirmar as bandeiras” da FNP.

Ele disse que a discussão das dívidas dos municípios deve ser retomada e criticou a “judicialização da política”. Na opinião de Fortunati, a improbidade do mau gestor deve ser punida, mas muitos erros administrativos têm sido julgados como crimes. Assim, muitos prefeitos terminam sendo excluídos da vida pública por causa de erros formais ou burocráticos.

— É necessário separar na legislação o que é improbidade e o que é erro administrativo. Precisamos separar o joio do trigo — disse.

Renan colocou-se à disposição para ajudar os prefeitos, pautando projetos que beneficiem o cidadão.



Maguito Vilela, Fortunati (presidente da Frente Nacional de Prefeitos) e Renildo Calheiros após encontro com Renan

O presidente da Casa disse que é importante manter um canal de comunicação entre os prefeitos e o Senado.

— Essa relação é muito importante, pois aqui são votadas as leis que mudam a vida das pessoas e que definem, muitas vezes, como as prefeituras devem se relacionar com esses cidadãos — disse.

Fortunati lembrou que a situação da saúde nos municípios precisa de atenção. Ele ressaltou que a bandeira principal da frente é a luta por mais médicos nas cidades do interior e na periferia dos grandes centros urbanos.

O prefeito de Porto Alegre declarou apoio à intenção do governo de contratar médicos estrangeiros para atuar onde há mais carência. Conforme explicou, os médicos viriam para atender a saúde básica e não atuariam em cirurgias ou unidades de terapia intensiva.

— Renan concordou com essa bandeira e vai levar o debate aos senadores. Esperamos ter o Senado como parceiro — afirmou o dirigente.

Entidade

Criada em 1989, a Frente Nacional de Prefeitos é

composta atualmente por 250 municípios filiados, incluindo as 26 capitais estaduais e mais de 100 municípios de médio porte.

A Frente Nacional de Prefeitos se dedica à defesa dos municípios no pacto federativo, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A entidade também tem como objetivo promover a participação ativa dos governos municipais nas questões urbanas e na interlocução com os Três Poderes e com a sociedade civil organizada.

Carvalho será convidado para esclarecer investigação

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, será convidado a esclarecer denúncias publicadas pela revista *Veja* de que a pasta teria feito uma investigação paralela à sindicância realizada pela Casa Civil sobre Rosemary Noronha, no período em que ela chefiava o escritório da Presidência da República em São Paulo.

O requerimento solicitando o depoimento do ministro na

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) foi apresentado por Aloysio



Carvalho deverá falar sobre Rosemary Noronha

Nunes Ferreira (PSDB-SP) e aprovado em reunião ontem.

Segundo a matéria publicada na *Veja*, a Secretaria-Geral da Presidência teria solicitado documentos levantados pela Casa Civil e tentado interferir na sindicância. Rosemary Noronha é acusada de tráfico de influência e enriquecimento ilícito.

Ministro das Cidades falará de denúncias de corrupção

O Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, será convidado a prestar informações à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre denúncias de cobrança de propina de construtoras que atuam no Programa Minha Casa, Minha Vida. O requerimento, aprovado ontem, foi apresentado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Reportagem publicada pelo

jornal *O Globo* em abril afirma que empresa montada por ex-funcionários do ministério estaria cobrando taxas



Ribeiro irá tratar de propina de empreiteiras

sobre o valor dos imóveis para viabilizar a participação de construtoras no programa em pequenas cidades.

Foram também aprovados requerimento de audiência para discutir projeto de mitigação de gases do efeito estufa e pedido de informação sobre revisão do modelo regulatório de ajuste de preços de medicamentos.

Comissão ouve responsáveis por obras em clube



Mário Couto acusa federação de beneficiar empresa de diretor

A comissão externa do Senado que acompanha a crise na Federação Paraense de Futebol ouviu, em breve reunião ontem, dois empreiteiros de Belém que trabalharam na Associação Atlética Santa Cruz. Em resposta ao presidente da comissão, Mário Couto (PSDB-PA), João Paulo da Silva Corrêa e Edilson da Silva Moraes confirmaram

relato de que o diretor técnico da federação, Paulo Romano, esteve no clube e disse que iria assumir as obras no Santa Cruz. Depois disso, de acordo com os depoentes, Romano não apareceu mais.

Os dois relataram que, além do diretor técnico, esteve no clube o presidente da federação, Antônio Carlos Nunes (conhecido como coronel

Nunes). Eles teriam feito a proposta relacionada à obra no clube, mas depois não teriam retornado.

Em discurso no início de abril, Couto acusou a federação paraense de obrigar clubes a comprar passagens aéreas de uma empresa de propriedade de Paulo Romano. O senador chegou a chamar o dirigente de “ladroão”.

Figueiró cita movimento contra a violência em MS

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) registrou o lançamento, ocorrido em Campo Grande, no último sábado, do Movimento Mães da Fronteira, de combate à violência.

O movimento é comandado por Lilian Silvestrini e Ângela Batista Fernandes, mães dos estudantes Breno Silvestrini e Leonardo Fernandes, assassinados no ano passado em Mato Grosso do Sul.

Os sequestradores dos estudantes encontram-se presos e confessaram que mataram os dois jovens para roubar o veículo em que estavam e trocá-lo por três quilos de cocaína na Bolívia, disse Ruben Figueiró.

O senador destacou o cordão de solidariedade surgido em razão do crime e disse que as forças organizadas da sociedade de Mato Grosso do Sul começam a agir, pois percebem que a resignação e a impotência não são o caminho para a superação da dor e da violência.

Paim participa de documentário sobre igualdade racial

Em pronunciamento no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) informou que Brasília receberá hoje à noite a pré-estreia do filme *Raça*.

O documentário, dirigido pelo cineasta Joel Zito de Araújo em parceria com a norte-americana Megan Mylan, vai entrar em circuito comercial na sexta-feira.

O senador é um dos personagens do documentário, por ser autor do Estatuto da Igualdade Racial e único senador negro.

A ativista quilombola Miúda dos Santos e o cantor e apresentador Netinho de Paula são as outras personalidades retratadas no filme.

De acordo com Paim, a obra capta a busca pela superação e a luta pela igualdade.

— Toda a renda obtida pela bilheteria será doada ao Fundo Baobá, entidade voltada ao combate a todo tipo de preconceito — afirmou Paim.



Lia de Paula/Agência Senado



Lia de Paula/Agência Senado

Comissão aprova plantio de cana na Amazônia Legal

Se não houver recurso para votação no Plenário, irá para a Câmara o projeto que autoriza o cultivo de cana-de-açúcar nas áreas desmatadas, no Cerrado e nos campos gerais localizados na região amazônica

O PLANTIO DE cana-de-açúcar poderá chegar à Amazônia Legal, mais especificamente às áreas desmatadas, ao Cerrado e aos campos gerais localizados na região amazônica. É o que prevê um projeto (PLS 626/2011) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Se não houver recurso de pelo menos nove senadores, o projeto irá para a Câmara dos Deputados, sem passar por votação no Plenário do Senado.

Para o autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o plantio de cana na região vai estimular a produção de biocombustíveis.

Em voto favorável, o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), apontou a necessidade de ampliação das áreas de cultivo para o atendimento das demandas futuras de etanol e açúcar.

Ivo Cassol (PP-RO), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ataídes



Flexa Ribeiro, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz na Comissão de Meio Ambiente

Oliveira (PSDB-TO) defendeu a ampliação da produção de etanol, sob o argumento de que o cultivo levará desenvolvimento aos estados deles.

Contrário ao projeto, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lembrou que a região amazônica ficou fora do zoneamento agroecológico feito pela Embrapa para o cultivo da cana e que a proibição deveria ser mantida.

Segundo o projeto, a expansão do cultivo de cana na

Amazônia Legal deve ter como diretrizes a proteção do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e a livre concorrência, além de considerar o novo Código Florestal.

O texto remete para futura regulamentação o estabelecimento de condições para a concessão de crédito rural e agroindustrial para cultivo de cana e produção de açúcar, etanol e outros biocombustíveis na Amazônia Legal.

Para deputado, texto deve ser mais discutido

O deputado federal Sarney Filho (PV-MA), relator-geral da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CCMC), lamentou a aprovação, pela Comissão de Meio Ambiente, do projeto de lei que expande o plantio de cana-de-açúcar a áreas desmatadas de

Cerrado e de campos gerais na Amazônia Legal.

Sarney Filho classificou a medida de “péssima sinalização” num momento em que há recorde na emissão de gases do efeito estufa e incentivou a presidente da comissão, senadora Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), a apresentar um requerimento para levar a discussão ao Plenário do Senado.

— É preciso mais tempo para discutir essa questão e que ela não fique afeta apenas aos membros da comissão — argumentou o deputado.

Selo verde para produtos sustentáveis

O projeto de lei que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O objetivo da certificação é atestar a adequação ambiental de produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, em zonas de processamento de exportação (ZPEs) e em áreas de

livre comércio localizadas na região amazônica.

O selo ajudará a escolher produtos fabricados por meio de processos que reduzem o impacto sobre o meio ambiente, incentivando o consumo sustentável.

No projeto original (PLS 185/2011), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propunha que o

selo se limitasse a produtos da Zona Franca, mas Jorge Viana (PT-AC) apresentou emenda ampliando o alcance. O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), acolheu a sugestão de Viana.

Como foi aprovado na forma de substitutivo, o projeto de lei terá que ser votado em turno suplementar pela comissão.

Ministro pede regulamentação de artigo da lei florestal

A regulamentação do artigo 41 do Código Florestal, que autoriza o governo federal a criar um programa de incentivo à conservação do meio ambiente, foi reivindicada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, ontem, durante audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CCMC).

Para ele, isso poderia ocorrer por decreto, o que possibilitaria ao governo estabelecer outros meios de ressarcimento

— além do financeiro — por serviços ambientais.

O pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição (monetária ou não) às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas encabeça o rol de ações traçadas para o programa, segundo Benjamin. Na impossibilidade de o poder público oferecer exclusivamente uma contrapartida financeira, o Código Florestal restringiu esse tipo de ressarcimento aos agricultores familiares, observou o ministro.

— Essa é a cláusula social. Os recursos que existam deverão ser aplicados prioritariamente na propriedade familiar produtiva — afirmou.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça disse ter dúvidas, entretanto, sobre a eficácia da utilização do mecanismo para compensar os serviços ambientais prestados no âmbito do mercado internacional de carbono.

As ações de desmatamento e degradação florestal respondem por 70% das emissões de carbono no Brasil.

Prefeitos visitam Senado e cobram atenção para a seca

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na tarde de ontem a visita do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e do presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão.

Ziulkoski defendeu uma articulação de governo mais efetiva para implementar medidas preventivas de combate à seca e disse que a região necessita de ações pontuais, como a desburocratização da compra de carros-pipa pelas prefeituras.

— Não adianta apenas o anúncio de bilhões. Precisamos de medidas concretas — pediu Ziulkoski.

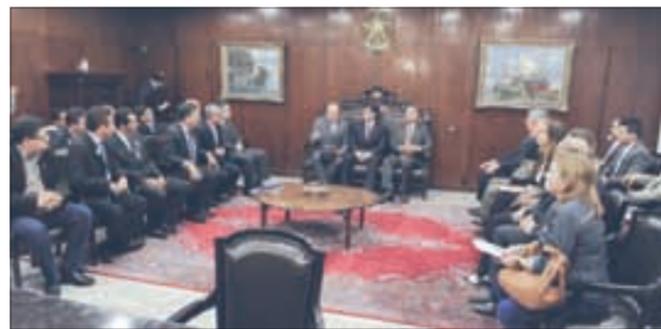
De acordo com Marcelo Beltrão, é preciso construir uma infraestrutura capaz de amenizar o convívio com a seca. Ele acrescentou que os recursos destinados ao

combate precisam ser liberados com urgência, pois a seca tem sido muito severa.

Diante do pedido dos prefeitos para que o Senado negocie uma solução definitiva para as dívidas dos pequenos agricultores, Renan lembrou que o Congresso aprovou a renegociação das dívidas anteriores a 2001 de produtores rurais do semiárido, mas o assunto foi vetado pela presidente Dilma Rousseff.

— Na próxima semana, vamos fazer uma sessão do Congresso para ler os vetos — prometeu.

Também participaram do encontro os senadores Benedito de Lira (PP-AL), Humberto Costa (PT-PE), Wellington Dias (PT-PI), Fernando Collor (PTB-AL), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Gim (PTB-DF), Lídice da Mata (PSB-BA) e Eduardo Amorim (PSC-SE).



Ao centro, Ziulkoski, Beltrão e Renan na reunião de prefeitos e senadores

Humberto ressalta ações do governo sobre efeitos da seca



Humberto Costa (PT-PE) destacou em pronunciamento ontem as ações emergenciais e as obras estruturadoras feitas pelo governo federal para minimizar os efeitos da seca no Nordeste. Ele lembrou que já foram investidos R\$ 32 bilhões em adutoras, barragens, canais e estações.

— A presidente Dilma tem mantido um forte compromisso de combater esse flagelo — afirmou o senador.

Lídice da Mata quer apoio do governo para o semiárido

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu ontem que o governo federal adote medidas compensatórias para as perdas

que os municípios do semiárido nordestino tiveram com a última seca.

A senadora afirmou que a seca foi devastadora, com consequências desastrosas para o Nordeste, tanto que a previsão para que a economia da região se recupere é de dez anos.

Blairo Maggi destaca avaliação positiva do agronegócio pela população urbana

Blairo Maggi (PR-MT), em pronunciamento ontem, citou artigo de José Luiz Tejon Megido, publicado na segunda-feira pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre pesquisa que verificou a opinião positiva da população urbana brasileira a respeito do agronegócio.

Conforme revelou o parlamentar, 81,3% dos entrevistados classificam o agronegócio

como “muito importante” para a economia nacional:

— Há um reconhecimento, agora medido por pesquisa, de que as cidades gostam do agronegócio — afirmou Blairo.

Outros itens da pesquisa revelaram a elevada percepção do desenvolvimento do agronegócio no Brasil e do avanço da tecnologia no campo.